

O papel da cultura na dinamização e desenvolvimento das áreas de baixa densidade – alguns apontamentos de enquadramento da problemática e reflexão em torno de algumas tipologias de projecto inovadoras para estes territórios

José Portugal e Pedro Quintela

Quatenaire Portugal – Consultoria para o Desenvolvimento S.A.

jportugal@quatenaire.pt e pquintela@quatenaire.pt

Resumo: A presente comunicação procura abordar o papel que pode a cultura assumir na dinamização e desenvolvimento das áreas de baixa densidade, especialmente em meio rural. Propõe-se um breve enquadramento conceptual da problemática, reflectindo ainda em torno de algumas tipologias de projectos culturais que julgamos terem um especial potencial de desenvolvimento destes territórios, capazes de conciliar referências universais com uma ancoragem e envolvimento locais, a saber, as residências artísticas e os centros culturais de proximidade em meio rural. Finalmente, propomo-nos ainda a introduzir alguns apontamentos críticos sobre o contexto português, procurando sinalizar algumas das principais preocupações e opções políticas delineadas em termos de intervenção estatal para os territórios rurais de baixa densidade. Importará então reflectir acerca do papel que a cultura poderá vir a assumir neste contexto, enquanto alavanca para o desenvolvimento, valorização e dinamização dos espaços rurais.

Introdução

A presente comunicação pretende responder ao desafio proposto pela organização deste 13º Congresso da Associação Portuguesa do Desenvolvimento Regional, subordinado ao tema *Recriar e Valorizar o Território*, aplicando-o a um dos recursos territoriais mais invocados e menos reflectidos de uma forma inovadora em territórios de baixa densidade e, em especial, em espaços rurais: a cultura.

Procuraremos estruturar esta nossa abordagem ao papel da **cultura** na dinamização e desenvolvimento das **áreas de baixa densidade** começando, justamente, por analisar cada um destes dois conceitos centrais. Assim, e num primeiro momento pretendemos então apresentar as principais dimensões que envolvem o conceito de territórios de baixa densidade, aplicando-o em seguida à luz das especificidades das áreas rurais, debatendo alguns dos principais problemas com que estes espaços se confrontam hoje em dia. Num segundo momento, pretendemos reflectir sobre o papel que a cultura e as políticas culturais podem hoje assumir ao serviço do desenvolvimento sustentável dos territórios e das populações.

Interessa-nos especialmente debater o papel que as políticas culturais podem assumir num contexto rural de baixa densidade, pelo que avançaremos com um conjunto de apontamentos críticos de enquadramento e reflexão em torno de algumas tipologias inovadoras de projecto para estes territórios, a saber, as **residências artísticas** em meio rural e os **centros culturais de proximidade** em meio rural.

Finalmente, propomo-nos ainda a introduzir, em jeito de reflexão conclusiva, alguns apontamentos críticos sobre o contexto português, procurando sinalizar algumas das principais preocupações e opções políticas delineadas em termos de intervenção estatal para os territórios rurais de baixa densidade. Importará então reflectir qual o papel que a cultura poderá vir a assumir neste contexto, enquanto alavanca para o desenvolvimento, valorização e dinamização dos espaços rurais.

I. As áreas de baixa densidade

No âmbito da presente comunicação, pretendemos fazer incidir a nossa análise em torno das especificidades dos meios rurais, que assumem défices específicos de territórios de baixa densidade, directamente relacionados com as próprias questões do desenvolvimento económico e social. Poderíamos assumir o entendimento proposto por João Ferrão “...*espaços de baixa densidade*, não só *física*, associada ao despovoamento intenso que caracteriza estas áreas, mas também *relacional*. Populações envelhecidas, empresas de reduzida dimensão e com funcionamento atomizado, ausência de movimento significativos de associativismo ou ainda instituições públicas pouco dinâmicas transformam estas áreas em espaços sem a “espessura” social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas no tempo” (2000: 48).

João Guerreiro, por seu turno, sublinha que “as áreas rurais são, também, áreas de baixas densidades. Este conceito é particularmente feliz. Por um lado, confirma um indicador abundantemente utilizado e que se refere à densidade demográfica, a qual normalmente se situa, nesta áreas, aquém do patamar crítico dos 40 habitantes/Km². Por outro lado, traduz também a existência de baixas densidades de equipamentos colectivos, de actividades, de relações sociais, de trocas comerciais, de projectos, de competências, de capacidade de inovação e de organização e, também, de dificuldades de, por isso mesmo, gerarem iniciativas” (2003: 518).

Tal como os espaços urbanos, nem todos os territórios rurais se encontram no mesmo patamar de desenvolvimento. Assim, importa sinalizar, em grandes traços, o modo como tem evoluído (o olhar sobre) a relação entre o rural e o urbano, que assentava numa clara dicotomia nas relações entre campo e cidade – traduzindo um processo de perda dos primeiros territórios, em termos de centralidade económica, social, cultural e simbólica –, para (a percepção de) uma teia de relações mais complexas entre estes territórios, que assumem interdependências múltiplas e variáveis.

Neste contexto, as relações entre territórios rurais e urbanos têm vindo a assumir diferentes posições de centralidade/periferia que importa (re)pensar.

Continuando com João Ferrão, assistimos a “uma *nova dicotomia pós-rural/urbano*, que valoriza antes a oposição existente entre um mundo moderno (que pode ser urbano-industrial ou rural) e um mundo arcaico (predominantemente rural). (...) Neste novo contexto, *a relação rural-urbano bifurca-se, dando origem a uma participação das áreas rurais em função da sua proximidade (física mas também funcional e socioeconómica) aos principais centros urbanos*” (2000: 47).

Neste redesenhar de complementaridades e interdependências, que tornam os territórios rurais mais ou menos “centrais” ou “periféricos”, importa recuperar a importância que a valorização do património (cultural, ambiental, paisagístico) dos territórios rurais têm vindo a assumir, sobretudo desde a década de 1980, numa profunda relação dialéctica com o tecido urbano “é na procura urbana que parece residir o essencial da evolução futura das áreas rurais onde a actividade agrícola orientada para o mercado não alcança uma expressão significativa.” (2000: 48).

As motivações turísticas - a natureza, o mundo rural, a cultura e o património - bem com a valorização de produtos alimentares tradicionais, provenientes de métodos de agricultura tradicional ou biológica, constituem hoje importantes oportunidades de desenvolvimento económico e social para estes territórios, exercendo uma crescente atracção do rural por parte da população urbana. Importa, contudo, salientar que pretendemos distanciar a nossa abordagem de uma perspectiva estritamente direccionada para o desenvolvimento e valorização desses territórios por via da valorização turística/comercial dos seus recursos endógenos mais singulares, nomeadamente da cultura de cada local – aqui entendida num sentido alargado, composta pelas suas gentes, tradições, história, monumentos, paisagens e restante habitat.

De facto, importa mesmo chamar a atenção para que estes modelos de desenvolvimento assentes numa visão algo cristalizada dos territórios rurais correm até o risco de tornar estas regiões demasiado dependentes do tecido urbano, não se lhes reconhecendo um papel activo no seu próprio desenvolvimento, nem as encarando como áreas de oportunidade e não apenas de problemas e de desvantagens.

A configuração do mundo rural é (sempre foi? será cada vez mais?) pautada por expectativas geradas do exterior, que oscilam entre um conservadorismo imobilista, manietador do desenvolvimento, e alicerçado num discurso patrimonialista, e uma tentação de exploração, por vezes predadora, dos recursos. Num caso e noutro, a valorização simbólica ou de negócio não tem correspondência com os benefícios disponibilizados às populações locais.

Assim, o objectivo desta intervenção é abordar o papel da cultura enquanto alicerce fundamental de políticas de desenvolvimento e dinamização desses territórios rurais de baixa densidade.

Pretende-se reflectir em torno de algumas possíveis abordagens que valorizem internamente estes territórios: reforçando os seus agentes e instituições, valorizando a sua cultura, tradições e paisagem, mas introduzindo igualmente elementos formativos, reflexivos e críticos, capazes de criar densidade de recursos de competências e de dinâmicas institucionais, organizacionais, de inovação e de criação.

Este não pode nem deve ser, contudo, um exercício “isolado” dos restantes territórios, quer urbanos, quer rurais, que envolvem um dado espaço.

Importa então pensar estas questões, por um lado, numa lógica de complementaridade com outras áreas de baixa densidade, fomentando o trabalho em rede, em parceria e em cooperação.... Por outro lado, importa não esquecer que estas terão de ser questões obrigatoriamente pensadas em estreita articulação com o mundo urbano, criando sinergias mutuamente benéficas

A política europeia de coesão e cidades vertida para o Programa Polis XXI está orientada para a integração da cidade na região envolvente, apostando no potencial de desenvolvimento conjunto cidade-região.

II. Que papel para a cultura?

Que cultura?

Trata-se aqui de reconhecer os traços sócio-culturais que caracterizam as comunidades adoptando um entendimento dinâmico de uma cultura-identidade, associada a um território, nas suas práticas, nas suas crenças, nos objectos que produz e que definem, no seu conjunto, um carácter próprio e único, sempre em renovação.

A afirmação da identidade surge, hoje, como uma dimensão indispensável do desenvolvimento de uma região. Convém sublinhar que a identidade se afirma com contributos internos e externos e constitui um apelo à criação e inovação contemporâneas. No entanto, a identidade de uma região é, com frequência, uma realidade de contornos mal definidos, que engloba tradições e costumes, sobrevivências de uma cultura material pré-moderna, dizeres e saberes locais. É frequente hoje, neste contexto de globalização, a sua valorização simbólica, constituindo-a como instrumento de afirmação de uma determinada comunidade ou território.

Mas há que ter consciência que a identidade se baseia numa cultura viva das pessoas que habitam um território. E viva é em mutação contínua, num diálogo permanente entre tradição e inovação, originando sempre novas sínteses culturais. É necessário pois identificar as actuações inovadoras no domínio da cultura, que recomponham os elementos culturais tradicionais e estimulem o confronto e o diálogo com novas expressões. De modo a que se favoreça uma mestiçagem cultural, em que se interpenetre a tradição e a criação contemporânea.

Que papel para a cultura?

Pretendemos abordar alguns caminhos possíveis para a dinamização e desenvolvimento de territórios de baixa densidade, tomando a cultura como:

- i) **alavanca** para a dinamização e regeneração do tecido e das práticas sociais;

- ii) **oportunidade** de desenvolvimento de projectos que promovam a valorização e a (re)qualificação dos recursos endógenos destes territórios (património material, imaterial, vernacular, paisagístico, gastronómico, etc.);
- iii) **foco de atracção** de novos agentes capazes de mobilizar, revitalizar e qualificar as condições de vida,
- iv) **factor de integração** destes territórios em espaços abertos de cooperação e partilha de experiências inovadoras.

Parece-nos ser especialmente relevante reflectir sobre algumas tipologias de projectos culturais que apresentam um especial potencial de desenvolvimento destes territórios, capazes de conciliar referências universais com uma ancoragem e envolvimentos locais.

De facto, existem hoje diversos exemplos em toda a Europa que revelam as potencialidades da mobilização de actividades culturais, artísticas e criativas na implementação de soluções inovadoras, com vista ao fomento da participação social, de novos formatos educativos/formativos, na valorização da componente de lazer nas vivências quotidianas, no apoio social, etc.. Parece-nos igualmente relevante recuperar algumas experiências especialmente interessantes já implantadas nestes contextos, que poderão constituir boas práticas a ter em conta na implementação de futuros projectos.

Em seguida, pretendemos então abordar **duas tipologias de projectos** equacionando-as à luz das especificidades dos territórios rurais de baixa densidade.e da sua capacidade de dinamização e reforço institucional, humano, formativo .e social destes espaços.

- **As Residências Artísticas em Meio Rural**

Espaços de reflexão e criação artística por excelência, as residências são já bastante conhecidas sobretudo em meios urbanos, especialmente em equipamentos artísticos e culturais localizados em alguns dos grandes centros urbanos ocidentais, mergulhados

num ambiente artístico e criativo muitas vezes cosmopolita. Num contexto de globalização (cultural, económica, social) em que vivemos, marcado por uma ampla, rápida e crescente mobilidade de circulação de pessoas, bens e ideias, é cada vez mais frequente a promoção de intercâmbios entre os indivíduos que, deste modo, reinventam o seu quotidiano, trocam experiências e adquirem novos conhecimentos. Tendo em conta as especificidades do sector da cultura, esta questão assume uma especial relevância, constituindo estas residências artísticas uma possibilidade para se adquirirem novos conhecimentos e um espaço de criação artística durante um período limitado de tempo, num contexto distinto daquele em que quotidianamente trabalham.

Importa ainda sublinhar a capacidade de dinamização sócio-cultural que assume este tipo de projectos, potenciando interessantes sinergias entre os agentes culturais, artísticos e criativos, e o território e as comunidades em que se desenvolvem. De facto, as residências artísticas frequentemente assumem objectivos de sensibilização das comunidades locais para a cultura e para novas ou renovadas práticas artísticas, de reforço e qualificação do tecido institucional local, e de abertura a experiências de intercâmbio e cooperação externa.

A *Res Artis – The International Association of Residential Arts Centres*¹ é uma fundação sediada nos Países Baixos, mas com origem na Grécia em 1993, composta por centros artísticos e organizações artísticas, que procura promover o desenvolvimento da arte contemporânea e dos artistas, através dos seus programas de intercâmbio, de residências, da organização de encontros e conferências internacionais. Actualmente abrange mais de 200 membros, dispersos por 40 países dos sete continentes (Europa, África, Ásia, Austrália e América do Norte e Sul).

Assumindo múltiplas formas, as residências artísticas são, na concepção da *Res Artis*, um convite para os artistas viverem e praticarem a sua arte, durante um certo período de tempo, no seio de outra organização, fora do seu contexto habitual. Um programa de residência permite ao artista avaliar o seu próprio processo criativo no contexto de um envolvimento com outra comunidade, sublinhando esta dimensão a importância que o intercâmbio cultural assume nesta tipologia de projecto.

Neste sentido, as residências artísticas podem constituir passos importantes no fomento da multi-culturalidade, possibilitando uma maior integração dos habitantes destes

¹ Cf. <http://www.resartis.org/>

territórios de baixa densidade através do acesso a práticas e aprendizagens artísticas e culturais.

Assim, para além de espaços de intercâmbio, a aprendizagem e apresentação de trabalhos artístico entre pares, as residências artísticas assumem frequente uma dimensão formativa e educativa extremamente importante – que pode assumir um carácter mais ou menos formal, dependendo das diferentes abordagens a esta tipologia de projecto.

No âmbito da presente comunicação parece-nos ser importante recuperar a experiência de um projecto de residências artísticas implementado num espaço rural, com características de baixa densidade: Vila Velha de Ródão. Este concelho situa-se a sul do distrito de Castelo Branco, entre o rio Tejo e o seu afluente Ocrea, e tem uma extensão aproximada de 330 Km². Com ele confinam os municípios de Castelo Branco, Proença-a-Nova, Mação, Cedillo (Espanha) e Nisa. Segundo os dados censitários de 2001, residiam no concelho de Vila Velha de Ródão 4098 pessoas, dos quais 1956 eram homens e 2133 mulheres, revelando uma estrutura etária bastante envelhecida (a idade média da população residente localizava-se em 2001 nos 53,2 anos), De facto, Vila Velha de Ródão era mesmo o concelho com o índice de envelhecimento mais elevado em 2001, quintuplicando o índice do país, com cerca de 523 idosos por cada 100 jovens (cf. Gonçalves, 2004: 11-12).

Localizado nas infra-estruturas cedidas pela herdade agrícola da Tapada da Tojeira, o *Centro de Estudos de Novas Tendências (CENTA²)* é uma estrutura profissional pluridisciplinar pioneira na área das residências artísticas em Portugal, tendo sido criada em 1989 e possuindo a rara característica de se sedear em meio rural.

O CENTA assume como objectivos do projecto, por um lado, “oferecer condições de trabalho adequadas ao processo criativo e à investigação no território da arte contemporânea” e, por outro lado, “contribuir para o reforço da identidade cultural das populações locais através da aproximação à comunidade artística e criação de dinâmicas culturais locais”.

Desde 1991 que uma das apostas mais relevantes do CENTA tem sido a realização de residências artísticas, disponibilizando a criadores nacionais e internacionais a

² Cf. <http://centa-tojeira.blogspot.com/>

oportunidade de disporem de um estúdio de dança e de um atelier de artes plásticas na Tapada da Tojeira. A evolução do Centro foi, de resto, acompanhada pela reabilitação gradual da herdade, tendo sido recuperados espaços para a criação de alojamentos, bem como de espaços oficinais e outros.

As criações artísticas elaboradas no âmbito de algumas destas residências artísticas foram ainda apresentadas no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco, em 2002, fruto de um projecto em colaboração intitulado “Adois”, que culminou com a publicação de um catálogo em que se documentam e registam as diversas etapas do processo criativo.

No sentido de facilitar o contacto dos artistas residentes com a população local e a comunidade escolar de Vila Velha de Ródão, o CENTA tem desenvolvido uma série de projectos diversificados. Sublinhe-se desde já o “Programa de Formação Artística para Jovens da Beira Baixa e Alto Alentejo” que, com o apoio do Centro de Pedagogia e Animação do Centro Cultural de Belém, foi desenvolvido entre 1999 e 2004. A partir dessa altura, passa a ser desenvolvido, em horário escolar, o “Projecto de Formação Contínua para os Alunos do 1º Ciclo do Concelho de Ródão”, tendo-se procurado abordar as áreas da dança, do teatro, das artes plásticas e, a partir desde ano, das artes visuais, em estrita articulação com os conteúdos programáticos das disciplinas de Língua Portuguesa e de Estudo do Meio. Existe ainda uma oferta de oficinas de teatro e dança, para os alunos do 2º e 3º ciclo da EC 2/3 de Vila Velha de Rodão.

Com um carácter mais esporádico, refira-se a experiência da dinamização do atelier “Paisagens”, em que uma equipa de artistas em residência procura trabalhar com a população local elementos da sua cultura e do imaginário local (lendas, mitos, cantigas tradicionais, etc.), desenvolvendo competências criativas e técnicas. O resultado final destas oficinas será apresentado em espaços não convencionais (ruas, casas, etc.). Com o objectivo de fomentar o gosto pela leitura, o CENTA criou ainda um serviço de “Leituras ao Domicílio” que, mediante requisição prévia, disponibiliza leitores que se deslocam até aos ouvintes para lerem ou declamarem o texto pretendido.

É ainda habitual a promoção da abertura do atelier/estúdio dos artistas em residência à população, bem como a apresentação à população das obras artísticas desenvolvidas, muitas vezes acompanhada de conversas informais, em que os criadores apresentam o seu processo criativo e método de trabalho.

Este conjunto diversificado de projectos que salienta uma aposta na criação de novos públicos para a cultura e no fomento de práticas artísticas, constitui um contributo muito importante na dinamização deste território e dos seus habitantes.

Importa ainda salientar o projecto “(R)Existir”, desenvolvido em parceria com o Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, desde 2001. Apostando numa abordagem pluridisciplinar, trata-se de um projecto de formação e criação artística contínua em dança e teatro, que procura promover a inclusão social dos reclusos, através de um processo de valorização pessoal e social.

Com o objectivo de promover o desenvolvimento de artes visuais na região da Beira Interior, o CENTA dispõe de um Núcleo de Arte Contemporânea (NAC) que, para além de dinamizar residências de reflexão/investigação e projectos centrados numa abordagem contemporânea de algumas das expressões culturais locais, dispõe de um espólio constituído por peças de carácter pictórico, escultórico e fotográfico expressamente concebidas para o espaço rural da Tapada da Tojeira. O NAC realiza visitas-guiadas através das quais se procura inserir estas obras no panorama e nos circuitos artísticos contemporâneos.

Apostando numa estreita ligação ao contexto artístico nacional, o CENTA vem conquistando notoriedade, tendo sido reconhecido pelo Ministério da Cultura como estrutura profissional de “carácter ímpar em Portugal e potenciador de uma dinâmica inovadora”, sendo financiado pelo Estado desde o ano 2000. É ainda especialmente forte a sua ligação ao desenvolvimento da dança, sendo co-fundador da REDE – Associação de Estruturas para a Dança Contemporânea.

Importa ainda sublinhar a prática continuada de um trabalho desenvolvido em parceria pelo CENTA com um interessante conjunto de instituições ligada ao ensino artístico, ao ensino superior e à investigação científica, potenciando, deste modo, uma abertura à comunidade local. É exemplo o “Projecto TeDance”, actualmente em curso, e desenvolvido em conjunto com a Faculdade de Motricidade Humana, em que se procura articular a dança com os conhecimentos da biomecânica e da engenharia computacional. Ao longo deste projecto realizar-se-ão diversas residências e workshops na Tapada da Tojeira, culminando com uma apresentação final dos resultados do projecto, em Lisboa.

Em conjunto com a Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha, tem sido desenvolvido o projecto “Experimenta o Campo”, no qual se pretende desenvolver uma

leitura contemporânea, alicerçada no design, do artesanato e das actividades tradicionais locais. Ao longo do projecto têm vindo a realizar-se uma série de residências de alunos da ESAC-CR no CENTA, em que se promove o contacto com a cultura e os saberes tradicionais e os artesãos locais, Este contacto passa por um primeiro momento de investigação, de características antropológicas, podendo mesmo vir a ser desenvolvidos, posteriormente, processos de colaboração artesãos e outras estruturas locais.

Entre 22 e 24 de Fevereiro foi igualmente promovido o projecto “Criação e Inovação em Ciência”, numa residência conjunta de seis investigadores da Unidade de Imunologia Celular, Instituto de Medicina Molecular, Faculdade de Medicina de Lisboa e de uma artista plástica. Um outro exemplo muito recente foi o workshop destinado a alunos do Mestrado em Criação Artística Contemporânea, do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro, realizado no CENTA entre 19 e 22 de Abril.

Muito embora as parcerias com instituições estrangeiras não assumam igual relevância, importa recuperar o envolvimento do CENTA nos programas internacionais de intercâmbio artístico “Pont Aeri 2006” e o “Festival Complicitats 2007”, em conjunto com duas instituições artísticas da região da Catalunha (Espanha), a Cèl-Lula Sant Mori, sedeadada em Girona, e a La Mekanica, localizada em Barcelona. Procura-se promover encontros entre artistas de ambos os países, sobretudo provenientes da área da dança que desenvolvem um projecto em conjunto, em regime de residência, ao longo de dois anos.

O desenvolvimento de projectos de residências artísticas num contexto de rural de baixa densidade, como parece ser o caso do CENTA, constitui, de facto, um exemplo ainda raro em Portugal, revelando dimensões inovadoras que poderia ser interessante replicar noutros territórios com características semelhantes. Parece-nos sobretudo importante salientar a capacidade mobilizadora deste tipo de iniciativas, trazendo novas gentes e conhecimentos para estas áreas, capazes de criar massa crítica, dando visibilidade ao território, formando novos públicos para a cultura e potenciando o surgimento de práticas artísticas locais, aspectos extremamente relevantes e, em grande medida, ainda inovadores entre nós. O empenho da instituição em estabelecer métodos de trabalho em rede e parceria, capazes de criar sinergias valiosas entre diversos organismos parece-nos muito interessante, sobretudo no sentido de promover uma “abertura” destas

comunidades ao exterior – envolvendo instituições de ensino, instituições artísticas e outras, de âmbito local, regional, nacional e até internacional.

Seria, contudo, necessário desenvolver um estudo mais aprofundado, de base empírica, em torno do caso concreto deste projecto do CENTA – o que não foi possível no âmbito deste trabalho, devido a diversas contingências de tempo – o que que permitiria explorar em maior detalhe o seu modelo organizativo, bem como tentar, de algum modo, medir os resultados dos seus esforços de envolvimento e participação da comunidade local, percebendo em que medida foi possível fomentar o surgimento e/ou enraizamento de dinâmicas de criação e produção cultural neste território, e ainda em que medida este projecto potencia um reforço do tecido institucional local, introduzindo métodos de trabalho, mais pró-activos e abertos ao exterior.

- **Os Centros Culturais de Proximidade em meio rural**

Trata-se de uma tipologia de equipamentos que assume um certo grau de multifuncionalidade e de polivalência, tendo como objectivos principais a dinamização e prestação de serviços aos cidadãos de carácter educativo, cultural e social, estando geralmente prevista a instalação neste tipo de estruturas de equipamento técnico, cénico, espaços de exposição, biblioteca/mediateca e outros serviços complementares. Partindo de uma série de ensinamentos retirados da larga experiência desenvolvida desde a década de 1960/70 em alguns países da Europa (nomeadamente em França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Espanha, com a criação de centros cívicos, casas da cultura, universidades populares, centros culturais polivalentes, etc.), procuraremos em seguida reequacionar a actual importância dos serviços públicos de proximidade em contexto rurais de baixa densidade, e do contributo da cultura pode assumir neste contexto.

O pós-Segunda Guerra Mundial vem introduzir uma série de alterações sociais profundíssimas – ao nível das mudanças verificadas, por exemplo, no papel das mulheres na sociedade, originando alterações no modelo de família tradicional e na estrutura tradicional de emprego ou ainda as alterações nos tecidos urbanos europeus, com a vinda de grandes massas populacionais para as cidades, alterando para sempre a configuração de redes de apoio comunitário existentes e criando novas necessidades dos cidadãos, para as quais foi necessário encontrar respostas.

Por outro lado, e intimamente associada a estas novas tipologias de equipamentos de prestação de serviços sociais, mais próximas das (novas) necessidades dos cidadãos, ganha crescente protagonismo uma intensa reflexão, entretanto iniciada em países como a França, Reino Unido ou a Itália, em torno do papel que a cultura e a educação poderiam assumir enquanto veículo para a coesão social e fortalecimento de uma certa ideia de identidade nacional. Estas e outras mudanças levam a intervenção do Estado (no plano social, cultural e educativo) a assumir novos moldes, sendo neste contexto que surgem os chamados equipamentos ou serviços de proximidade.

Assim, podemos afirmar que os equipamentos de proximidade constituem uma resposta social, cultural e/ou educativa em momentos de transformação profunda das relações entre a comunidade e as suas instituições.

Os diferentes modelos de equipamentos de proximidade que vão emergir nos diversos países decorrem então, como salientam Miralles i Ventimilla e Saboya (2000: 31), de uma “tensão fundadora” entre três grande objectivos políticos: em primeiro lugar, o equipamento de proximidade visto como instrumento de produção de uma gama mais ou menos ampla de serviços, orientados para diferentes camadas da população, numa lógica de intervenção estatal de âmbito social mais ou menos clássica; em segundo lugar, encarou-se estes equipamentos como uma espécie de contentor passivo capaz de albergar diversas entidades, organizações, um espaço que possibilitava o desenvolvimento de diversas iniciativas e projectos; finalmente, evoluiu-se para o entendimento do equipamento de proximidade como um instrumento capaz de contribuir activamente para o fortalecimento da sociedade civil, reforçando o seu tecido social e a criação de diversas redes.

Apesar das diferentes visões e evoluções destes equipamentos de proximidade, segundo as experiências históricas e as estratégias políticas dos vários países europeus, pode dizer-se que têm em comum o facto de se terem desenvolvido em torno de quatro grandes temáticas centrais – político, social, cultural e educativo –, diferindo no acento tónico dado a cada uma delas³.

³ Muito sucintamente poderíamos recuperar, a título de exemplo, alguns dos diferentes equipamentos de proximidade implementados em diferentes contexto europeus, traduzindo as diferentes visões estratégicas da sua função:

No âmbito da presente comunicação, parece-nos especialmente relevante recuperar o caso de

Espanha, um dos países da Europa que mais tardiamente implementou este tipo de equipamentos e redes de serviços orientados pelas políticas de proximidade, durante a segunda metade da década de 70 e, sobretudo, na década seguinte. A implantação de um regime democrático levou a uma proferação de diversos equipamentos de proximidade, com tipologias diversas de serviços e equipamentos, variando segundo as características e carências específicas de cada município, num longo trajecto em que se procurou superar inúmeras carências culturais, educativas, sociais, desportivas, entre outras, resultado do período da ditadura franquista (cf. Goméz: 2000: 17). No entanto, e apesar da sua multiplicidade e diversidade, estes equipamentos de proximidade possuem uma série de aspectos transversais que importa salientar, e que remetem para tipologias de já existentes noutros países europeus (cf. Miralles i Ventimilla e Saboya, 2000: 36-37):

- a celebração de eventos culturais, na linha do que se conhece como o “centro cultural” ou as “casas da cultura”;
- a prestação de uma gama mais ou menos ampla de serviços pessoais, na linha do que se conhece como “o centro de serviços pessoais” ou “centro cívico”;
- a transmissão formal ou informal de elementos educativos, na linha do que se denomina “aula de cultura” ou “universidade popular”;
- finalmente, o alojamento temporal ou permanente de projectos, colectivos ou entidades, na linha do que se conhece como o “hotel de entidades”.

- Numa aproximação do social e do educativo, poder-se-á afirmar que o arquétipo é o das Universidades Populares (que constituem mesmo o paradigma de equipamento de proximidade com maior tradição na Europa).

- Já os Arts Centres y Community Centres (que surgem em Inglaterra, durante os anos 60) constituem uma aproximação de tipo mais educativo e cultural.

- O surgimento em França das Maison de la Culture (década de 60) e das Maison de Cartier (anos 70), inseridas numa estratégia política de “democratização cultural”, traduzem um certo paradigma de uma aproximação a estes equipamentos simultaneamente cultural e político.

- Finalmente, poderíamos ainda citar o exemplo dos Centro Cívico, que durante aos anos 60-70 surgem em inúmeras cidades do Norte de Itália, intervindo no espaço urbano e reflectindo uma abordagem de índole política e social para estes Equipamentos.

Procurando sistematizar a abordagem que se pretende ao conceito de equipamentos de proximidade, tendo em conta a tipologia dos Centros Culturais de Proximidade em meio rural, importa recuperar um conjunto de características-base presentes neste tipo de equipamentos em Espanha, que nos parece importante reter, por corresponder a realidades territoriais, sociais e culturais que mais afinidades têm com a realidade portuguesa e por ser onde mais se tem reflectido sobre este tema nos últimos anos:

1. O seu carácter público, muitas vezes de âmbito municipal;
2. Geralmente localizam-se em edifícios desenhados para assumirem um certo grau de polivalência, com capacidade para prestarem um amplo conjunto de serviços ao cidadão com um certo nível de integração, sem perderem funcionalidade;
3. Muito embora a maioria deste equipamentos se localize em meios urbanos, importa sublinhar que assumem um âmbito de influência limitado dentro do município;
4. Os seus programas de acção têm muitas vezes um carácter transversal, tocando os campos da educação, da cultura, do social, da “atenção ao cidadão” ou da participação cívica

Apesar de uma certa “crise de modelo” que se vem verificando em alguns países europeus, a verdade é que, algo paradoxalmente, num contexto cada vez mais global, a questão dos serviços de proximidade está crescentemente na ordem do dia, cabendo-lhe responder a um conjunto de novas necessidades locais, cada vez mais complexas e múltiplas – colocando novos desafios entenderão entendimento sobre as características destes equipamentos e dos serviços por eles prestados às populações. De facto, e como sublinha Rita Barberá Nolla, “el tercer milenio es el de la globalización; es aquél en ele que crece la integracion del ser humano en el mundo; es aquel que se manifesta más claramente la interdependencia y donde, como consecuencia, aumenta el sentido de corresponsabilidade a una esfera mundial. Pero al mismo tiempo, la globalización incrementa el sentido de pertenencia a lo cercano, a lo próximo, a los aspectos vinculados a las actividades más básicas de nuestra vida, como son la familia, nuestros vecinos y nuestros barrios. La emergencia de lo local, de la proximidade, nos obliga necessariamente a plantearnos una concepción diferente de las políticas sociales” (2000, 22).

Assim, e partindo das experiências desenvolvidas sobretudo em contexto urbano, importa salientar as potencialidades que esta tipologia de projectos pode assumir num contexto rural, de baixa densidade, percebendo o papel específico que a cultura pode aqui assumir enquanto mobilizador e dinamizador destas comunidades.

Em primeiro lugar, considera-se que esta tipologia de equipamentos de proximidade constitui uma resposta inovadora às carências destes territórios, capaz de assegurar uma maior coesão social e de dotar os quotidianos destas populações de uma maior qualidade de vida, através do desenvolvimento de um amplo conjunto de serviços e actividades alicerçados na cultura e no desenvolvimento crítico de práticas e consumos culturais, artísticos e criativos – que se podem perfeitamente articular com preocupações sociais, educativas, identitárias ou ambientais, e outras.

Por outro lado, esta tipologia de projecto constitui uma resposta efectiva à necessidade evidente de repensar os tecidos institucionais locais, introduzindo novos métodos de trabalho em rede, que potenciem o surgimento de sinergias e estimulem a prática de parcerias e de cooperação entre os diversos actores locais (autarquias, instituições de âmbito social, agentes culturais, artísticos e educativos, etc.). Conforme afirma João Guerreiro, importa então sublinhar que “os recursos valorizados nos processos de desenvolvimento local correspondem cada vez mais a construções sociais da responsabilidade das respectivas comunidades e muito menos às heranças de que foram beneficiárias (...). O dinamismo social, a capacidade de articulação e a incorporação de conhecimento nas actividades constituem aspectos essenciais que permitem (...) afirmar as regiões e as suas economias específicas” (2003: 521-522).

Tendo em conta as especificidades deste territórios rurais, massacrados nos últimos decénios pelo fenómeno da emigração e de enfraquecimento dos seus tecidos institucionais locais, assume-se ainda como imprescindível procurar envolver um amplo conjunto de agentes e instituições externas, através do fomento de intercâmbios a outros níveis (inter-municipal, regional, nacional e internacional), frequentemente possibilitando a troca de experiências e o contacto com boas práticas.

Simultaneamente, o trabalho em rede parece ainda possibilitar importantes ganhos de eficiência, qualidade e rapidez na prestação de serviços, para além de potenciar uma redução dos seus custos. De facto, e tendo em conta a importância crescente das

parcerias e cooperações transnacionais (no âmbito de redes temáticas, por exemplo), estamos hoje perante um novo contexto, mais competitivo e exigente, que obriga as organizações locais a encontrar novos métodos de trabalho, de modo a conseguir atingir os seus objectivos, fortalecendo o seu tecido institucional.

Os Centros Culturais de Proximidade constituem assim uma tipologia de projecto que permite, simultaneamente, uma intervenção fortemente enraizada localmente, indo ao encontro das necessidades das suas populações e instituições, capaz de mobilizar os diversos agentes locais e ainda de activar novas competências no trabalho em rede com instituições exteriores. Neste sentido, partilhamos do ponto de vista de João Guerreiro, ao assumir “que o êxito das intervenções em áreas rurais depende cada vez mais da capacidade institucional de estabelecer parcerias, da aprendizagem colectiva, da dinamização e integração das estruturas locais de regulação e da definição clara do projecto” (2003: 528).

Estas abordagens de intervenção local, com características diversificadas e inovadoras nestes territórios rurais de baixa densidade, alicerçadas na capacidade de mobilização em agentes e instituições em torno das questões culturais – presentes nas duas tipologias de projectos que, sucintamente apresentámos –, poderão ainda revelar-se bastante interessantes ao possibilitarem uma mobilização de novos recursos humanos e intelectuais, trazendo para estes espaços novas gentes, com maiores qualificações e distintas experiências de vida, potencialmente capazes de introduzirem novas dinâmicas internas, em estreita articulação com os agentes e instituições que já se encontram estabelecidos localmente.

O Contexto Português – dos equipamentos aos projectos culturais

Num contexto em que os movimentos populacionais têm provocado congestionamentos urbanos e ocos no meio rural surge a necessidade de encontrar formas inovadoras de provisão de serviços para garantir equidade social, coesão territorial e qualidade de vida.

Assinala-se o investimento em equipamentos culturais realizado no período dos dois últimos quadros comunitários de apoio em regiões do interior, fortemente marcadas por um contexto rural, muito significativo no caso de alguns concelhos. Aqui que se incluem, nomeadamente, as bibliotecas, os arquivos, os museus, as salas de espectáculo, os centros culturais, que traduzem a preocupação crescente que as autarquias de uma forma especial, com responsabilidade de gestão do território, manifestam em i) garantir o acesso aos bens culturais e o incremento das práticas culturais das populações residentes, ii) ampliar a capacidade de atracção de visitantes e turistas, apostando na capacidade que estes equipamentos evidenciam de qualificação do ambiente urbano e de oferta de uma estadia qualificada no território daqueles que o visitam; iii) reforçar as funções de centralidade das sedes concelhias com a dotação de equipamentos indispensáveis para uma melhoria da qualidade de vida urbana. Contudo, a aposta em equipamentos culturais só será ganha se se traduzir numa aposta em projectos culturais. Só assim poderão os equipamentos constituir-se como pólos de irradiação cultural.

As atribuições de regulação social normalmente cometidas à Administração, têm por objectivo garantir equidade na disponibilização de equipamentos, de infra-estruturas e de serviços colectivos que satisfaçam as necessidades básicas das populações.

Tarefa de difícil execução em espaços rurais, não só devido ao padrão disperso de distribuição da população, como também devido à ausência de flexibilidade na tipologia, dimensão e funcionalidade dos perfis dos equipamentos. Estes são normalmente estudados para zonas urbanas, com limiares mínimos de utentes bastante mais elevados. O resultado desta lógica, quando transposta para o mundo rural, traduziu-se, em muitas situações, em fortes investimentos públicos, muitos deles de iniciativa municipal, normalmente sobredimensionados.

Por outro lado, nem sempre estes investimentos foram realizados de uma forma criteriosa (não cumprindo muitas vezes directivas e exigências específicas que à posteriori se revelam difíceis de ultrapassar) e ajustada às necessidades (frequentemente sobredimensionadas para as expectativas de procura).

Assim, como aponta João Guerreiro “o efeito multiplicador efectivo deste investimento foi modesto. A adopção das comunidades rurais de infra-estruturas e equipamentos sociais e colectivos não gera, por si só, actividades e iniciativas em áreas produtivas, fornecedoras de bens e de serviços mercantis, nem leva, por isso à criação de emprego.

E, associados a este último aspecto, aquelas práticas não conseguiram promover a fixação de novos residentes, designadamente daqueles que não estão em fases avançadas das respectivas vidas activas” (2003: 519).

Mas houve também muitos exemplos de combinação criativa de investimentos infraestruturais com dinâmicas de valorização dos recursos, de reforço organizacional, de animação comunitária, de geração de riqueza com base nos recursos locais.

As intervenções no âmbito do Programa LEADER e do Programa dos Centros Rurais – QCA II (1994-1999) são exemplos do esforço de organização dos recursos e da sua transformação em produtos do território, designadamente através do trabalho desenvolvido em torno da recuperação, valorização, certificação e comercialização de algumas produções agrícolas, saberes e actividades tradicionais, de qualificação dos recursos e valorização das competências através de programas de formação profissional especificamente pensados para estes territórios e para estas artes.

No âmbito do QCA III (2000-2006), as autoridades nacionais e comunitárias procuraram já que estas intervenções privilegiassem uma sólida integração territorial e uma lógica de parceria institucional... Contudo, os resultados ficaram á quem do pretendido, pesem embora as boas práticas que se lançaram.

Por isso, neste novo período de programação dos fundos comunitários e no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, procura-se reforçar estas metodologias de integração territorial e tipológica nas estratégias de intervenção em especial em áreas de baixa densidade, onde os recursos de investimento e de exploração têm que ser otimizados na resposta às exigências de acessibilidade por parte das populações.

Dentre esta nova geração de orientações estratégicas e programas de apoio à implementação de políticas de desenvolvimento rural, onde se localizam predominantemente os territórios de baixa densidade, refiram-se, nomeadamente:

- As **Orientações para a Política de Coesão, 2007-2013** no que se refere a estes territórios que vão no sentido de
 - Criação de novas oportunidades através da diversificação da economia rural
 - Garantia do acesso universal a todos os serviços

- Investimento em pólos de desenvolvimento nas zonas rurais
- Desenvolvimento de clusters económicos que explorem os recursos locais
- Garantia da conexão às principais redes nacionais e europeias
- Apoio à capacidade endógena dos territórios rurais
- Inovação de processos e produtos de base regional
- Abordagem integrada para a qualidade, centrada na satisfação dos consumidores, e baseada nas dimensões da económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável
- Preservação e valorização dos recursos naturais e culturais, protegendo a biodiversidade
- Potenciar os impactos dos recursos e das políticas no desenvolvimento do turismo

➤ **O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural** que define os Objectivos Estratégicos da utilização do FEADER- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural 2007/13 está estruturado em torno de:

1. Defesa da melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia das zonas rurais através da resposta aos seguintes desafios:

- Desenvolver a atractividade das zonas rurais
- Estratégia integrada de diversificação das actividades/articulação com política regional
- Novo conceito de ruralidade em que a agricultura é apenas uma componente

De que modo? Através de

- Implementação de serviços básicos para a economia e populações rurais
- Valorização do património rural
- Apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas
- Apoio à diversificação para actividades económicas complementares à agricultura

2. Reforço da coesão territorial e social respondendo aos seguintes desafios:

- Dinamização dos territórios sem sustentabilidade endógena ao nível económico e social

- Discriminação positiva a nível territorial, social e económico

De que modo? Através de

- Intervenção pública na dinamização de projectos locais em territórios sem sustentabilidade social
- Reforço da participação dos agentes locais na gestão do desenvolvimento territorial, através de uma abordagem LEADER
- Discriminação positiva das zonas rurais mais frágeis

3. Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural dando resposta aos seguintes desafios

- Eficácia no funcionamento das entidades e agentes que actuam no desenvolvimento rural
- Simplificação/Qualificação/Transparência

De que modo? Através de

- Qualificação dos agentes de desenvolvimento rural
- Aumento dos níveis de participação e responsabilização dos agentes na concepção e gestão das políticas
- Reorientação da intervenção das entidades para a satisfação do utilizador
- Potenciar a integração das novas tecnologias na acessibilidade, produção e gestão do conhecimento

Importa ainda salientar o espaço de oportunidades para o desenvolvimento deste tipo de equipamentos e serviços de proximidade, no contexto do QREN: i) no Plano Operacional Temático Potencial Humano, Eixo Prioritário 6 Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social – Educação para a Cidadania; ii), os equipamentos de proximidade em áreas de baixa densidade, previstos no Plano Operacional Regional do Norte, previstos no Eixo Prioritário 4 - Valorização do Território para a Coesão, na Áreas de intervenção: Qualificação dos serviços colectivos territoriais de proximidade (Redes de equipamentos e infra-estruturas para a coesão social e territorial); iii), ou ainda o PO Alentejo que, no Eixo Prioritário 4 Qualificação ambiental e valorização do espaço rural, propõe como área de intervenção a valorização económica do espaço rural (património cultural, saberes tradicionais).

Face a este Quadro Estratégico de Intervenção, que papel poderão os municípios assumir na implementação de redes de serviços de proximidade, potenciando as experiências já desenvolvidas e criando políticas de proximidade que vão de encontro às necessidades existentes em contextos rurais de baixa densidade?

Importa, conforme salienta J. Ferrão, chamar a atenção para as características específicas das áreas rurais de baixa densidade, que hoje obrigam a “identificar e concretizar *soluções organizacionais adequadas*”, numa abordagem aos equipamentos públicos que implica “uma visão de conjunto das *áreas geográficas de intervenção*, uma forte capacidade de *diálogo institucional* e ainda a existência de condições humanas, técnicas e financeiras de *monitorização* das soluções concretizadas. A ênfase atribuída à componente organizacional e institucional impõe ainda que se abandonem as abordagens tradicionais baseadas exclusivamente numa óptica de oferta ou de procura” (2000: 51).

Assim, e tomando a cultura como uma alavanca do desenvolvimento destas populações e territórios, importa então encontrar caminhos para uma intervenção que tenham na base a confiança nos recursos próprios das populações e na capacidade de os combinar da melhor forma possível, defendendo uma afirmação do “local” como espaço de expressão da vontade de participar no futuro e espaço concreto de teste prático de fórmulas sócio-económicas inovadoras.

Notas conclusivas

Os Equipamentos de Serviços de Proximidade, designadamente os Centros Culturais de Proximidade (cor)respondem, por um lado, a um estágio superior de desenvolvimento da sociedade que se rege por princípios de subsidiariedade, com cidadãos mais informados, exigentes e participativos e, por outro, à necessidade também crescente de atenção às franjas mais frágeis e desintegradas da sociedade (imigradas, isoladas, doentes, idosas, etc.).

Conceber e implementar uma estratégia de intervenção cultural é, hoje, uma tarefa de elevada complexidade, pois deverá resultar do cruzamento hábil e em permanente

reformulação entre abordagens verticais e abordagens horizontais da realidade cultural. A ênfase cada vez maior dada às questões da descentralização cultural reflecte também a consciência mais aguda dos responsáveis da administração central e da administração local, da centralidade do papel da cultura nos processos de desenvolvimento, o que faz com que estes temas tenham adquirido um relevo acrescido nas relações entre o Estado Central e as Autarquias, contexto fundamental de operacionalização da referida descentralização.

Num quadro de acréscimo legal de atribuições e competências municipais, num contexto de reorganização da estrutura dos serviços da Administração Central e Local, em curso no âmbito do PRACE. é imperioso procurar as soluções mais adequadas para satisfazer as necessidades e exigências que neste âmbito se colocam aos cidadãos e às comunidades.

A par de uma intervenção de natureza mais sectorial, relacionada com a criação, produção, valorização de bens e serviços culturais no domínio do património e das artes, deverá desenvolver-se uma intervenção de natureza transversal, que exige uma articulação estreita, quer com os sectores da educação, do emprego, do turismo, da coesão social e da inserção em contextos territoriais mais alargados de âmbito regional, nacional e internacional. Mas uma política cultural à escala municipal deverá definir contornos precisos sobre domínios e responsabilidades de intervenção dos vários actores culturais (autarquia, administração pública sectorial, agentes privados e do terceiro sector), imprimindo progressivamente coerência e coordenação das acções sem cair, no entanto, numa municipalização da cultura que possa secar outras iniciativas ou até ofender o pluralismo das formas de expressão e das práticas culturais.

Isto exige um novo entendimento do serviço público, alicerçado numa estratégia para o território amplamente reflectida e debatida, cabendo ao Estado um papel de facilitador, regulador e avaliador das iniciativas dos agentes culturais e desejavelmente cada vez menos o de agente único, promotor, programador, produtor cultural, ao nível local.

Eduard Miralles defende que é urgente uma nova geração de políticas activas para a cultura, que superem a tradicional dimensão descendente da difusão cultural e as suas estratégias de proximidade, que contemplem quatro dinâmicas complementares: i) uma dinâmica descendente, democratizadora, de proximidade; ii) uma dinâmica ascendente, comunitária; iii) uma dinâmica transversal (que fomente as relações entre a política

cultural e os outros sectores e ainda com as políticas de desenvolvimento do território);
iv) uma dinâmica de tipo horizontal que favoreça a criação da *cidadania organizada* como a dimensão fundamental das políticas públicas da cultura. (cfr. Miralles, 2006)

Assim, as residências artísticas em meio rural, os centros culturais de proximidade e outras tipologias de intervenção de desenvolvimento cultural participado, poderão ser espaços importantes de criação/reforço de “cidadania organizada” e de cruzamento destes objectivos cruzados de política.

Referências Bibliográficas

- Ferrão, João, “Relações Entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, in *Sociologia, Problemas e Páticas*, nº 33, 2000, CIES, Lisboa, pp 45-54
- Gómez, José Luis Pérez Gómez (2000), “Introducción”, in Gómez, José Luis Pérez Gómez, *Centros cívicos y servicios de proximidad – I Jornadas sobre Centros Cívicos y Servicios de Proximidad* (17-19 mayo de 2000), Xabide, Gestión Cultural y Comunicación, Vitoria-Gasteiz
- Gonçalves, Maria José Carrilho Cristina (2004), “Análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001”, in *Actas do II Congresso Português de Demografia - Demografia e população: os novos desafios*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (27 a 29 de Setembro 2004).
- Guerreiro, João (2003), “As Condições de Inovação nas Áreas Rurais”, in Portela, João e Caldas, João Casto (org.), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp 515-529
- Miralles, Eduard (2006), “Elements de reflexió sobre la cultura, el territori i la proximitat, in *Nous Accents 2006, Pla Estratègic de Cultura de Barcelona* (documento de trabalho).
- Miralles i Ventimilla, Eduard e Saboya, Montserrat “Aproximaciones a la proximidad. Tipología y trayectorias de los equipamientos en Europa y en España”, in Gómez, José Luis Pérez Gómez, *Centros cívicos y servicios de proximidad – I Jornadas sobre Centros Cívicos y Servicios de Proximidad* (17-19 mayo de 2000), Xabide, Gestión Cultural y Comunicación, Vitoria-Gasteiz
- Nolla, Rita Baberá (2000) “Entre locales y servicios de proximidad”, in Gómez, José Luis Pérez Gómez, *Centros cívicos y servicios de proximidad – I Jornadas sobre Centros Cívicos y Servicios de Proximidad* (17-19 mayo de 2000), Xabide, Gestión Cultural y Comunicación, Vitoria-Gasteiz